

## HENRIQUE TEIXEIRA DE SAMPAIO



COLEÇÃO CASA DE PALMELA

Henrique Teixeira de Sampaio nasceu em Angra do Heroísmo, a 30 de Outubro de 1774, e veio a falecer em Lisboa, a 27 de Março de 1833.

Era filho de Francisco José Teixeira de Sampaio, negociante, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Eulália Floriana Gualberta Cabral de Melo Carvão.

Foi educado em Londres, num dos melhores colégios da Inglaterra, pois seu pai era senhor de uma enorme fortuna.

Depois de iniciar a sua actividade comercial na capital inglesa, veio a estabelecer-se na praça comercial de Lisboa, onde, em poucos anos, conseguiu avultada fortuna, fundamentalmente, a partir de 1800. Nomeado, nesse ano, comissário-em-chefe do Exército anglo-luso, de que se tornou fornecedor, contribuiu diversas vezes com a sua fortuna para fazer face às exigências do Estado e suprimentos do Exército durante a Guerra Peninsular, época em que também desempenhou relevante papel na ajuda prestada aos lavradores. O seu apoio pecuniário revelou-se, aliás, fundamental para o resgate dos cativos e restabelecimento da paz com a regência de Argel, bem como para o empréstimo de dois milhões de cruzados, de que as finanças públicas se encontravam necessitadas.

Foi feito senhor de Sampaio, em 22 de Maio de 1816, e, por Decreto de 16 de Março de 1818, recebeu a mercê do título de barão de Teixeira. Em 1819, entregou uma petição em que demonstrava a sua nobreza, bem como a sua ascendência, a fim de lhe ser passado o brasão de armas que lhe competia, que lhe foi efectivamente atribuído em 27 de Fevereiro desse ano.

Depois de, em 1 de Agosto de 1822, ter sido

nomeado pelas Cortes para a comissão do Tesouro, passaria, em 23 de Junho de 1823, a integrar o ministério presidido pelo conde de Palmela, nos lugares de presidente do Real Erário e ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, os quais desempenhou até 15 de Janeiro de 1825. Durante esse mandato, criou os livros de receita necessários às alfândegas dos portos de mar, da Casa da Índia e das Sete Casas, com o objectivo de ajustar no Real Erário as contas dos diversos recebedores, e estabeleceu, em regime de reciprocidade, a isenção de direitos para os diplomatas estrangeiros, de que mandou fazer uma escrituração especial.

Por Decreto de 3 de Julho de 1823, foi agraciado com o título de conde da Póvoa, por duas vidas, ao que se seguiu, por decreto do dia seguinte, a sua nomeação como membro do Conselho de Sua Majestade. Mais tarde, em 30 de Abril 1826, foi elevado, por carta régia, a par do Reino, tendo prestado juramento em 31 de Outubro do mesmo ano. Nessa nova dignidade, teria a sua primeira intervenção três dias depois, quando votou contra o parecer da comissão que pretendia inviabilizar o projecto de regimento interno da Câmara dos Pares, tal como fora decretado. Em 1828, por procuração passada ao conde de Peniche, assinou o Assento dos Três Estados do Reino, que aclamaram D. Miguel como legítimo rei.

Considerado, à época, como o dono da casa mais rica de Portugal, morreria na posse de uma fortuna calculada em 21 milhões de cruzados ou 8400 contos de réis. Era sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e comendador das ordens de Cristo e da Torre e Espada.